

Notas de uma fronteirização dos afetos

Uma problematização do governo dos corpos

Notes from a frontierization of affects

A problematization of the Government of the Body

Diego de Matos **Gondim**
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Guilherme Francisco **Ferreira**
Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho (UNESP)

RESUMO

Neste texto apresentamos algumas notas que, *a priori*, podem parecer incoerentes em termos de linearidade textual. No entanto, o conjunto de conceitos que vão sendo mobilizados permite a problematização de algumas codificações de nossa cultura, possibilitando a apresentação de uma crítica à governamentalidade dos corpos. Para tanto, utilizamos livremente algumas expressões naturalizadas no âmbito do ensino e da aprendizagem da Matemática. Estas expressões, sob o signo da fraturação, fissuração e esgotamento, são assumidas como possíveis para apresentar e problematizar o que estamos denominando de fronteirização dos corpos e dos afetos.

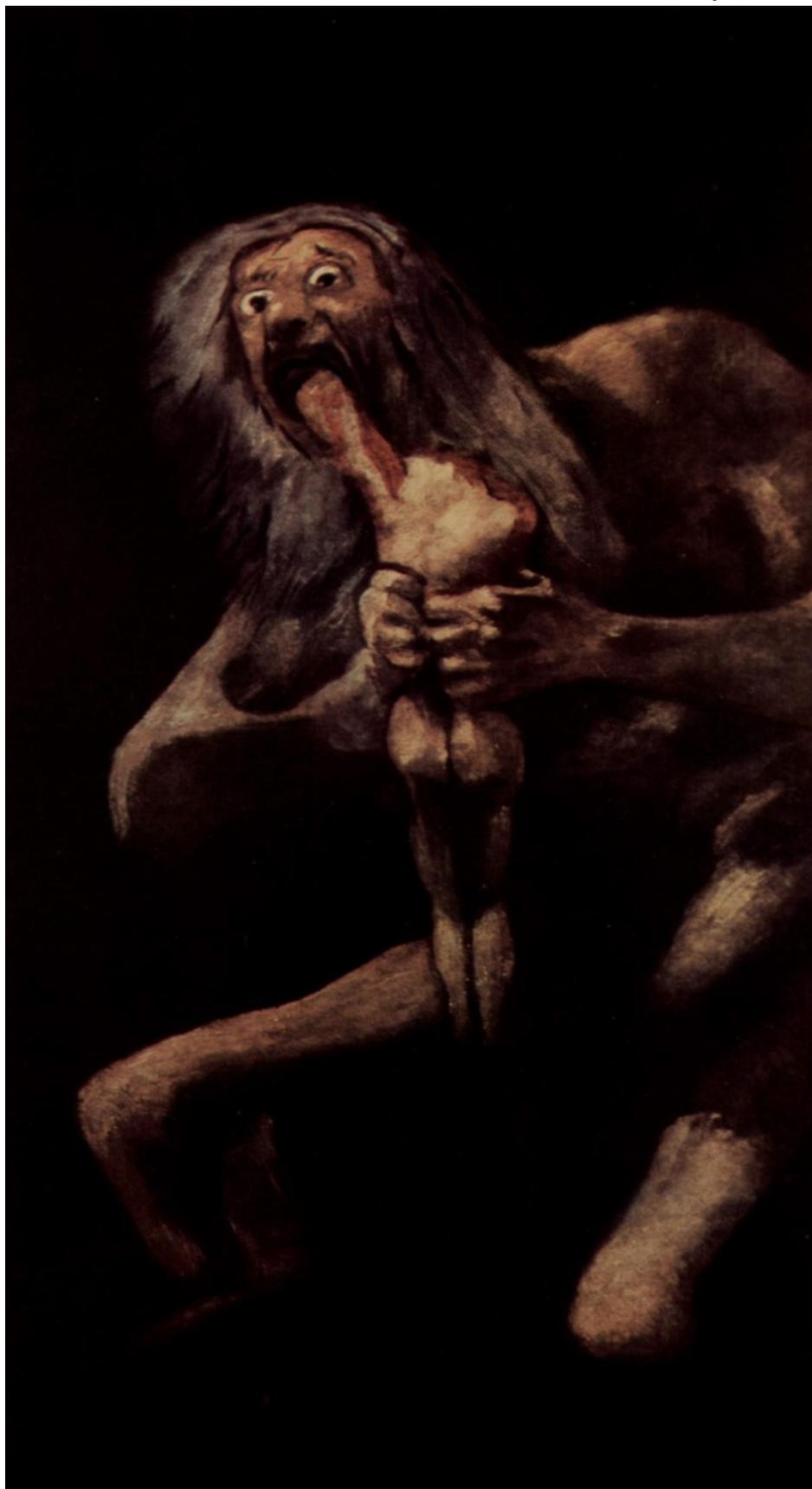
Palavras-chave: Filosofias da diferença. Filosofia política. Política. Educação Matemática. Escola. Brutalismo.

ABSTRACT

In this text we present some notes that, *a priori*, may seem incoherent in terms of textual linearity. However, the set of concepts that are mobilized allows the problematization of some codifications of our culture, enabling the presentation of a critique of the governmentality of the bodies. To this end, we freely use some expressions that are naturalized in the teaching and learning of mathematics. These expressions are taken as possible to enunciate and problematize what we are calling the frontierization of desire, that is, a way to govern the bodies and the affections.

Keywords: Philosophies of difference. Political Philosophy. Mathematics Education. School. Brutalism.

Figura 1: Saturno devorando um de seus filhos, de Francisco de Goya, 1820-23



Fonte: <https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/saturn/18110a75-b0e7-430c-bc73-2a4d55893bd6?searchid=85bb232b-cb8a-eda2-b14c-1fcd0d4e618a>

[1] Fala-se corriqueiramente de “dificuldades em Matemática”, propala-se aos quatro ventos da terra sua “complexidade”, naturaliza-se cotidianamente sua “exclusividade”. Por outro lado, fala-se igualmente de sua “beleza” e “naturalidade”, demonstra-se sua “universalidade”, defende-se sua “importância”. Quem de nós seríamos contrários às expressões, um tanto quanto paradoxais, como: “a matemática é difícil”, mas “ela está em todo lugar”? Lidamos dia-após-dia com uma naturalização não apenas sistêmica de algo que logrou ser chamado de “conhecimento matemático”. Neste ensaio, portanto, gostaríamos de convidá-los ao exercício de uma “curiosidade obstinada”, como um dia declarou Michel Foucault enquanto escrevia seu livro *Histoire de la sexualité: L’usage des plaisirs*, para questionar: o que é isto, dificuldades em Matemática? Que implicações socioculturais carregam a enunciação destas dificuldades? Que agenciamentos estas codificações desenvolvem no corpo? A serviço de quê e de quem estão elas? Longe da busca por responder todas estas questões, neste exercício filosófico e ensaístico, gostaríamos que considerassem uma proposição: se para Foucault uma curiosidade obstinada “não [é] aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo” (FOUCAULT, 2013, n.p)¹, convidamo-los, então, a esta atividade filosófica em torno de alguns discursos do (e no) ensino e aprendizagem da Matemática. Esta separação de si sobre si mesmo, que se dá na atividade do pensamento, nos permitirá, acreditamos, problematizar junto às filosofias da diferença algumas “codificações” com as quais nossa potência de agir (expressão dos corpos) é governada, fronteirizada e, conseqüentemente, vampirizada.

[2] No livro *Monster Theory: Reading Culture*, organizado por Jeffrey Jerome Cohen, encontra-se uma diversidade de estudos teratológicos que buscam constituir e problematizar uma teoria dos monstros na contemporaneidade. Em um deles, *Monster Culture (Seven Theses)*, escrito pelo autor organizador, Cohen afirma que “o monstro policia as fronteiras do possível” (COHEN, 2000, p. 40)². No entanto, para compreendermos esta enunciação é necessário que retomemos a primeira tese, isto é, a de que “o corpo do monstro é um corpo cultural” (COHEN, 2000, p. 26). Com isto, o autor objetiva afirmar que o monstro é um construto sociocultural (ou socioantropológico)³; aquele que habita “o intervalo entre o momento da convulsão que o criou e o momento no qual ele é recebido – para nascer outra vez” (COHEN, 2000, p. 27). É nesta codificação espaço-temporal que surge sua função de controle, ou, em outros termos, do governo dos corpos, que é, ao mesmo tempo, o governo de si mesmo. Este monstro age sempre como uma fronteira, visto que ele é corpóreo e incorpóreo ao mesmo tempo. Para quem conhece as sete teses de Jeffrey, saberá que quando anunciamos que há uma “codificação espaço-temporal” estamos, em certa medida, descartando a hipótese de uma “fronteira do possível” como potência de ação. Ao contrário disto, estamos considerando uma reformulação desta tese, assumindo que, sendo o corpo do monstro um corpo construído sócio-culturalmente, a fronteira existe como codificação da terra a qual ele habita. A invenção do monstro, desse modo, é simultaneamente a invenção de uma fronteira, onde, mesmo que o monstro possa ser uma

¹ A evocação a esta certa curiosidade é feita por Foucault quando ele se questionou qual razão ou motivo o levou ao estudo e à escrita da sexualidade. Esta afirmação, que pode ser compreendida como um “rastros” metodológico foucaultiano, vem acompanhada de uma importante questão: “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (FOUCAULT, 2013, n.p).

² Destacamos que, considerando que a tradução deste capítulo se encontra no livro *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*, utilizaremos a versão traduzida em Silva (2000).

³ Um estudo aprofundado sobre esta concepção pode ser encontrado no livro *Monstres, démons et merveilles à la fin du Moyen Age*, de Claude-Claire Kappler. Vide: (KAPPLER, 1999).

ameaça ele o é, também, um agente do território. Talvez estejamos caminhando a passos muito lentos, armados de uma episteme que a *priori* se mostra complexa, mas pedimo-los paciência. Ora, se “o corpo monstruoso é pura cultura”, como afirma Cohen (2000, p. 27), podemos dizer que a fronteira é uma manifestação da codificação desta cultura. Desse modo, a fronteira, ainda que aparentemente invisível, existe sob o signo da cultura. Tendo isto em vista, podemos dizer que o policiamento realizado pelo monstro sobre a terra a qual ele habita é a defesa dessas codificações como modo de resguardar: i) as *fissuras espaço-temporais*; ii) as *codificações socioculturais*; e iii) uma *suposta identidade do corpo*.

[3] O monstro não é o *Outro* objetificado em nossas designações, mas a consequência das mutações de nossos corpos sob os movimentos libidinais do capitalismo. As técnicas de “fraturação”, “fissuração” e “esgotamento” dos corpos, como destaca Mbembe (2020), é o que possibilita uma análise da fronteirização dos afetos na sociedade contemporânea. O objetivo desse *brutalismo* não é defender a vida, sequer promover uma “saúde social”, mas esgotá-la em seu limiar, colocá-la na condição de estado terminal. As codificações do *social* produzem a organização do poder; as instituições do Estado são criadas para este funcionamento: *organizar o poder*. Isto, pois, a “organização do poder é a forma como o desejo já está no econômico, como a libido investe o econômico, assombra o econômico e alimenta as formas políticas de repressão” (DELEUZE, 2002, p. 367). Nós, corpos metamorfos, transformados pelos fármacos do capital, orientados pela algoritmização planetária, tornamo-nos assim guardiões desses espaços de fraturação, fissuração e esgotamento – *Il faut défendre la société* (FOUCAULT, 1997). O extrativismo das forças vitais é o objetivo deste empreendimento produtivo, excessivo, onde lugares de perda e de falta se constituem em um território necropolítico de efetuação do capitalismo. Os fluxos produtivos do desejo, como denominam Deleuze e Guattari (1972, 1980), são codificados, rigorosamente determinados, tendo em vista o funcionamento da governamentalidade dos afetos – a mesma que implica os indivíduos e grupos em um processo metamórfico dos corpos: a invenção e a efetivação dos monstros: tese VI – “o medo do monstro é realmente uma espécie de desejo” (COHEN, 2000, p. 48). Trata-se de uma fisiologia social marcada por processos de otimização constante das forças vitais, tendo seu esgotamento na busca pelo preenchimento dos lugares de perda e de falta. São inventados sequências, padrões e categorias a serem cumpridas; pré-requisitos para a manutenção da “máquina desejante”: o capitalismo⁴. Uma suposta identidade do *social* é evocada para garantir a reprodução das relações de produção e, ao mesmo tempo, a fraturação, fissuração e esgotamento dos corpos.

[4] Não seria uma ofensa dizermos: “há aqueles que ‘sabem’ Matemática e há aqueles que ‘não’ sabem”. Já praticamente assumimos que “a Matemática não é para todo mundo”. Ainda que exista uma lógica constitucional que prega uma “educação para todos” e, na mesma direção, uma lógica pedagógica que considera uma “matemática para todos”, sabe-se que há um cinismo próprio, tanto constitucional quanto pedagógico, na propagação de ambas as enunciações. Trata-se de uma *razão cínica* exercitada na consciência como forma de governo das mentes. Esta razão cínica, como diria Baldino, não é individual, mas social. Marx (1978, p. 72) diria: “eles não sabem o que fazem, mas fazem mesmo assim”. Peter Sloterdijk, ao inverter a consideração marxista, afirmaria o contrário: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim

⁴ Em entrevista com Deleuze e Guattari, Deleuze afirma que: “o capitalismo tem sido e ainda é uma formidável máquina desejante. O fluxo de dinheiro, de meios de produção, de mão-de-obra, de novos mercados, tudo isso é desejo que flui” (DELEUZE, 2002, p. 372).

o fazem” (SLOTTERDIJK, 2012). Assim, ainda com o filósofo supracitado, “com o despontar de tais posições político-simbólicas elevadas está preparada a encenação na qual o processo cínico de poder pode entrar em curso” (SLOTTERDIJK, 2012, p. 312). Ao mesmo tempo em que é defendida uma “matemática para todos”, esta mesma racionalidade cria tecnologias de controle e alienação dos corpos. Estas tecnologias visam “averiguar” e “garantir” a codificação sociocultural. É como num jogo em que máscaras falsas são usadas para esconder o verdadeiro rosto. No entanto, ao invés de se retirarem as máscaras quando o jogo termina, elas são fixadas às faces e passam a ser o próprio rosto dos sujeitos. De modo que a utilização de máscaras falsas não é um incômodo para a consciência cínica; é a face limpa o que a incomoda, por isso deve estar coberta (RICHTER, 1999). Alguns até denominam de “habilidades” e “competências”⁵, como uma máscara a ser desejada. As experiências são verdadeiramente diversas: uns carregam consigo o sentimento de uma matemática universal e bela; outros, o ressentimento de nela não ter extraído estes desejados “atributos”. A fronteira expressa assim a codificação do social a qual o monstro deve guardar. A *afecção* é reduzida ao sentimento e ao ressentimento. Como destaca Paschoal (2009, p. 14, grifos do autor), constitui-se um “organismo sem forças para reagir frente às intempéries da vida e que também não consegue digerir os sentimentos ruins, aquele veneno produzido por sua não reação, passando a apresentar uma desordem psíquica que o impede de viver efetivamente o *presente*”. Junto ao filósofo Rodrigo Guéron, podemos afirmar que “trata-se de um processo onde um fluxo de energia biocósmica é recalçada em forma de palavra” (GUÉRON, 2017, p. 262). Codificação que alimenta (e produz) aquilo que Althusser um dia denominou de Aparelho Ideológico do Estado⁶. A escola assume sua deixa, afinal, retomamos Baldino (1998), ela “não só está inserida nesse jogo paradoxal, mas é o lugar em que as pessoas aprendem a jogá-lo, pela defesa das relações de produção da mercadoria que ali é produzida: a força de trabalho potenciada, dotada de uma certa forma de consciência”.

[5] Permitam-nos agora justificar uma apropriação conceitual da qual seríamos, veementemente, questionados. Era final de tarde de um dia cinza pintado no inverno universo francês, em 2020. A fala da noite vem do historiador camaronês Achille Mbembe. É o lançamento do livro *Brutalisme*, publicado pela editora Découverte. Mbembe (2020) trata do *pharmakon* da terra, da combustão do mundo, da vida demoníaca... da *fronteirização*. Seria leviano de nossa parte assumir uma proposição epistêmica deste conceito sem considerar sua efetuação *estético-política*. Para o filósofo, “a fronteira não é apenas uma linha de demarcação que separa entidades soberanas distintas. Como um dispositivo ontológico, ela funciona por si e em si mesma, anônima e impessoal, com suas próprias leis. Ela é cada vez mais o nome próprio da violência organizada que subjaz ao capitalismo contemporâneo e à ordem de nosso mundo global” (MBEMBE, 2020).

⁵ Encontramos estas “habilidades” e “competências” assumidas abertamente na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2018).

⁶ Em seu texto *Ideologia e Aparelho Ideológico do Estado*, Louis Althusser defende a hipótese de que a Escola se constitui um aparelho ideológico do estado na medida em que ela, além de ensinar os saberes práticos (*des savoirs faire*), “ensina também as ‘regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a ‘bem falar’, a ‘redigir bem’, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a ‘mandar bem’, isto é, (solução ideal) a ‘falar bem’ aos operários, etc.” (ALTHUSSER, 1970, p. 22). Uma provocação que pode possibilitar novos horizontes para uma outra problematização nesta conceituação althusseriana é pensar, junto a Gilles Deleuze e Felix Guattari, que todo este processo não se trata efetivamente de “ideologia”, mas de organização do poder com a unidade do desejo e a estrutura econômica. Tendo isto em vista, junto a Althusser (1970) e a Deleuze (2002), poderíamos questionar se a escola não se constitui, assim, um aparelho de organização do poder do Estado ou, em outros termos, um aparelho de organização dos fluxos desejantes.

Mesmo que Mbembe retrata nesta linha sem espessura as violências cotidianas entre o governo dos corpos e os próprios indivíduos (com algum custo), como náufragos, emigrantes, mendigos, entre tantos outros que subjaz na sarjeta do capital, ousamos aqui aproveitar a elaboração deste conceito enquanto “dispositivo ontológico” para considerar a fronteira como uma instância de efetuação do cinismo escolar cotidiano. Da metamorfose dos corpos visando à condição de guardiões dos espaços de fraturação, fissuração e esgotamento, por meio não só de um saber, mas de um saber-fazer (uma competência). Como indica Baldino, ao dizer, inspirado na análise do filósofo Slavoj Žižek, que “eles sabem o que fazem e o fazem”, portanto, a ilusão não habita o saber, mas o fazer. Na razão cínica, ela é “estruturante da atividade efetiva do sujeito” (1998, p. 11). Afinal, acredita-se ainda em uma lei geral de algo para “todos”, no entanto, entre todos e ninguém a distância é infinitamente pequena, como um delta de variação cada vez menor. Instaure-se, desse modo, o “lugar zero”; a codificação de um espaço que suprime toda possibilidade de relação com o possível. Esvazia-se a própria relação, a possibilidade de uma curiosidade obstinada.

[6] Fala-se cinicamente de respeito aos diversos modos de aprendizagem, no entanto, como toda razão cínica, opera-se uma fronteirização do conhecimento. Resta-nos lidar, a partir de uma terapia capitalista da eficiência, com os estratos da codificação, algo que denominaram quase psicanaliticamente de “nossos monstros”: – “a matemática nunca foi pra mim”, “sou de humanas”, “exatas é muito difícil”, “não consigo aprender matemática”, “na minha época, matemática era o terror, assim como foi para meus pais”, etc. etc. etc. “O que é a fronteirização senão o processo pelo qual os poderes deste mundo transformam permanentemente certos espaços em lugares intransitáveis para certas classes de pessoas?” (MBEMBE, 2020, p. 67). O Jardim do Matemático, evocado na análise de Lins (2012), é este território intransitável para certas classes de pessoas. Porém, é preciso ter em conta que o fundamento da autoridade é a aceitação; não há nada externo ao poder que o justifique enquanto tal: “ele se sustenta no nada, no inefável. A origem da lei fica fora de discussão, e a dissimulação do caráter usurpatório da lei é a condição para que ela se implemente e seja eficaz” (RICHTER, 1999, p. 94). Questionaria ainda Mbembe (2020, p. 68), “o que é [a fronteirização] senão a multiplicação consciente de espaços de perda e luto onde a vida de tantas pessoas consideradas indesejáveis é destruída?”: – já não houve estudos que afirmavam uma biopolítica cognitiva onde homens aprendiam mais matemática que as mulheres? Já não se demonstraram que a incidência do gênero masculino na Matemática é maior que o feminino? A codificação imprimida enquanto fronteirização do conhecimento codifica o território, o qual denominamos de “paraíso da perfeição”, “paraíso lógico”, entre tantos outros sonhos teológicos da Matemática.

[7] Criamos e somos criados pelos estereótipos de um conhecimento que deseja habitar o sétimo céu metafísico. A codificação sob a fronteira que separa o paraíso do inferno mundano, ambos criados pela própria racionalidade, efetua a violência de si sobre si mesmo e do outro sobre o outro. Em uma imitação melodramática da tragédia grega, rimos da desgraça que tentam fazer em nossos corpos, docilizados à eficiência e otimização de um conhecimento que excede de realidade (e por que não dizer, de *valor = capital*). É como se estivéssemos alheios à nossa própria existência. Perguntaria o professor: “não vêes que um homem que vai à feira comprar 450 laranjas por um valor x e paga outro valor y está operando com uma equação matemática?”. Ao não visualizar a jocosa “contextualização” de um conhecimento da “realidade” universal, o aluno se contenta em ocupar o outro lado da fronteira. O ressentimento de uma realidade dita presente

e evidente não notada se instaura enquanto modo de expressão. A potência do pensamento é esvaziada pelo ressentimento e seu inverso, o sentimento. As tecnologias do poder, como provas, olimpíadas, avaliações externas, nacionais e internacionais, *rankings* mundiais, entre tantos outros modos de controle, garantem a eficácia da fronteira sob a égide de uma mercadoria alcançável por poucos. A razão cínica se apresenta em seu potencial (re)velado: “todos podem aprender matemática”. Enquanto isto, a numeração sistêmica das tecnologias do poder alimenta a maquinaria da fronteirização: no 3º ano do Ensino Médio, apresenta os resultados da Prova Brasil em 2019, “8% é a proporção de alunos que aprenderam o adequado na resolução de problemas”. No 9º ano do Ensino Fundamental, 23%. Busca-se o progresso, o desenvolvimento... de uma cognição forjada no cinismo, afinal, não seria ele aquele que nos aliena e, ao mesmo tempo, nos salva? Como escapar desta fronteirização que cerceia nossa “evolução criativa”? Como escapar da vampirização cotidiana de nossa potência de agir? Que fazer diante dessa maquinaria que está sempre a codificar e sobre-codificar nossa subjetividade?

8] Como mencionado, uma curiosidade obstinada não é aquela que nos permite assimilar o dito, mas aquela que nos possibilita separar-nos de nós mesmos. Em oposição ao que se poderia pensar, separar de nós mesmos não significa desconsiderar nossa “essência”, mas abandonar qualquer ideia de essência. Significa ainda colocar em perspectiva as codificações e codificações que tornam nossos corpos um objeto farmacológico da biopolítica atual, do governo dos corpos. Um corpo que, ainda que medicado, expressa os traumas e escoriações da fronteirização dos afetos. De uma violência expressa no ressentimento, pois cerceiam a resistência. Assim, em oposição à terapia capitalista e fármaca da eficiência, necessário seria operar uma terapia da *afecção*, isto é, uma terapia que visa abandonar todos os valores codificados e codificados nesta terra denominado corpo. Nesta dimensão empírica da ação, ainda que o monstro seja domesticado em sua própria interioridade, mesmo que a difícil matemática seja contextualizada, será possível dizer, junto a Lins (2012, p. 118), “sei que é isso e não me assusta, mas não quero”. Importante dizer que “não querer”, aqui, carrega a interpretação de uma posição ético-política no exercício de uma curiosidade obstinada, onde a negação inerente à proposição não vem pela falta, mas pelo excesso: “*sei que é isso e não me assusta, mas não quero*”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelho Ideológico do Estado**. Tradução Joaquim José De Moura Ramos. Lisboa: Editora Presença, 1970.
- BALDINO, R. R. Assimilação Solidária: escola, mais-valia e consciência cínica. **Educação em Foco**, v. 3, n. 1, p. 39–65, 1998.
- BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.
- COHEN, J. J. A Cultura dos Monstros: Sete Teses. In: SILVA, T. T. DA (Org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DELEUZE, G. **L'île déserte: textes et entretiens 1953-1974**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **L'Anti-Œdipe: capitalismo et schizophrénie 1**. France: Les Éditions de Minuit, 1972.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille Plateaux: capitalismo et Schizophrénie 2**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité II - L'usage des plaisirs**. Édition Électronique ed. Paris: Éditions Gallimard, 2013.
- FOUCAULT, M. **Il faut défendre la société**. Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Hautes Études. EHESS Galimard Seuil, 1997.
- GUÉRON, R. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 29, n. 46, p. 257, 2017.
- KAPPLER, C.-C. **Monstres, démons et merveilles à la fin du Moyen Age**. Paris: Payot, 1999.
- LINS, R. Matemática, Monstros, Significados e Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. DE C. (Org.). **Educação Matemática: pesquisa em movimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 92–120.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1978.
- MBEMBE, A. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.
- PASCHOAL, A. E. As formas do ressentimento na filosofia de Nietzsche. **Philosophos - Revista de Filosofia**, v. 13, n. 1, p. 11–33, 2009.
- RICHTER, M. G. Salvei-os porque eles sabem o que fazem ou da consciência cínica a autonomia no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino (UCPel)**, Pelotas, v. 2, n.1, p. 87-106, 1999.
- SILVA, T. T. DA (Org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SLOTERDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. Tradução Marco Casanova *et al.* [S.l.]: Estação Liberdade, 2012.

Submetido em julho de 2023.

Aprovado em dezembro de 2023.

Diego de Matos Gondim

Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro) e em Filosofia pela Université Paris 8, Paris, França. Professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil. ID Lattes: 3456340549436189. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1808-1470>.

Contato: diegogondim@id.uff.br

Guilherme Francisco Ferreira

Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro), professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil. ID Lattes: 6650430764851555. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7292-2405>.

Contato: guilhermefrancisco7ferreira@gmail.com